



DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE
FINANCIAMENTOS



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES



património mundial
world heritage

Caderno de Encargos

Concurso Público n.º 3/25

Aquisição de serviços técnicos especializados
para dinamização dos períodos de pausas letivas

Preço base: 85.974,77€



Índice

Cláusula 1.ª	4
Objeto	4
Cláusula 2.ª	4
Partes	4
Cláusula 3.ª	4
Cessão da posição contratual	4
Cláusula 4.ª	4
Gestor do contrato	4
Cláusula 5.ª	5
Prazo e plano de execução	5
Cláusula 6.ª	5
Obrigações do adjudicatário	5
Cláusula 7.ª	6
Subcontratação	6
Cláusula 8.ª	6
Preço contratual	6
Cláusula 9.ª	7
Procedimentos para pagamento	7
Cláusula 10.ª	7
Obrigações do contraente público	7
Cláusula 11.ª	8
Modificações objetivas	8
Cláusula 12.ª	8
Sanções contratuais	8
Cláusula 13.ª	8
Prazo de garantia	8
Cláusula 15.ª	9
Resolução do contrato	9
Cláusula 16.ª	9
Revogação do contrato	9
Cláusula 17.ª	9



Dever de sigilo	9
Cláusula 18.ª	10
Lei aplicável	10
Cláusula 19.ª	10
Foro competente.....	10
Cláusulas especiais do caderno de encargos	11
Cláusula 20.ª	11
Objeto	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 21.ª	11
Arquitetura	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 22.ª	11
Identificação do serviço	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 23.ª	11
Sobre as prestações gerais	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 24.ª	11
Locais de instalação dos serviços objeto de aquisição	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 25.ª	12
Distribuição de serviços por local	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 26.ª	13
Equipamentos	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 29.ª	Erro! Marcador não definido.
Preço Base.....	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 30.ª	Erro! Marcador não definido.
Apresentação de propostas	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 32.ª	Erro! Marcador não definido.
Serviços contratados	Erro! Marcador não definido.

**Cláusula 1.ª****Objeto**

1. O objeto do presente caderno de encargos é a aquisição de serviços técnicos especializados para o desenvolvimento de um projeto para dinamização dos períodos de pausas letivas dos alunos com necessidades de mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, nos estabelecimentos de ensino básico e secundário do Município de Guimarães, de acordo com os documentos pré-contratuais, sendo as eventuais contradições entre eles resolvidas de acordo com as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.
2. O objeto da presente contratação estrutura-se de acordo com as componentes anexas a este caderno de encargos.
3. As regras específicas quanto ao objeto do contrato e condições de execução encontram-se nas cláusulas especiais deste caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
4. Conforme o objeto do contrato, são aplicáveis especificamente as regras constantes dos artigos 437.º a 449.º, na contratação de fornecimento de bens, ou dos artigos 450.º a 454.º, na contratação de serviços

Cláusula 2.ª**Partes**

O contraente público é o Município de Guimarães e o cocontratante o adjudicatário.

Cláusula 3.ª**Cessão da posição contratual**

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, exceto se para isso for autorizado pelo contraente público, ou, nos termos do número seguinte, deste artigo.
2. O adjudicatário pode ser forçado a ceder a sua posição contratual, nos termos do artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público é regulada pelo artigo 324.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4.ª**Gestor do contrato**

1. Nos termos do artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é Nuno Godinho, Técnico Superior da Divisão de Educação, com quem o adjudicatário tem a obrigação de cooperar, de modo diligente e célere.
2. O Município de Guimarães pode substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.



3. Ao gestor do contrato cabe o acompanhamento permanente da execução do contrato, não existindo, no momento em que é assumida a decisão de contratar, qualquer delegação de competência em seu benefício.
4. A ação do gestor do contrato exerce-se sem qualquer conflito de competências com os poderes de fiscalização e de direção da execução do contrato, aos quais está sujeito o adjudicatário.

Cláusula 5.ª

Prazo e plano de execução

1. O prazo de execução terá início a abril de 2025 e término a Janeiro de 2028.
2. De acordo com as disposições do caderno de encargos, e com a proposta adjudicatária, é incluído em anexo¹ ao contrato um plano de execução, de onde conste, de modo claro e inequívoco, como deve ser cumprido o contrato, e como esse cumprimento é acompanhado das obrigações de retribuição pelo contraente público.

Cláusula 6.ª

Obrigações do adjudicatário

O adjudicatário está obrigado a cumprir escrupulosamente o contrato, executando-o com diligência e em respeito por todas as regras aquilo a que se comprometeu, pela apresentação da sua proposta, e pela assinatura da declaração que corresponde ao Anexo I, ao Código dos Contratos Públicos, e, neste contexto, nomeadamente:

- a) Cumprir, no global e no detalhe, o que lhe compete, nos termos do plano de execução;
- b) Prestar caução, quando exigida;
- c) Avisar, de imediato, o contraente público de qualquer obstáculo, incidente ou dificuldade que perturbe, ou possa perturbar, a execução do contrato;
- d) Obter todas as licenças, autorizações, ou recolher quaisquer acordos, que sejam necessários para a execução do contrato;
- e) Suportar todos os custos com a execução do contrato, unicamente por conta do pagamento do preço contratual, ou da parte do preço contratual que corresponda ao que o cocontratante efetivamente executou;
- f) Contratar o pessoal que seja necessário à execução do contrato;
- g) Contratar a aquisição de bens ou a prestação de serviços, necessárias à execução do contrato;
- h) Pagar todas as taxas, contribuições e impostos, que resultem, para si, da execução do contrato;
- i) Respeitar as ordens, instruções e diretivas que lhe sejam dadas pelo contraente público, diretamente ou através dos seus representantes, nos termos dos poderes de conformação da relação contratual, segundo o disposto no Código dos Contratos Públicos;

¹ Quando aplicável



- j) Colaborar com o gestor do contrato;
- k) Celebrar os contratos de seguro a que esteja obrigado, nos termos do caderno de encargos, e apresentar ao contraente público, os recibos comprovativos do pagamento dos prémios, de modo a que os seguros estejam vigentes durante todo o período de execução do contrato, acrescido do período de garantia;
- l) Comparecer às reuniões para as quais seja convocado por escrito pelo contraente público, sendo que, sempre que exista uma situação de incumprimento, e for adequadamente avisado do teor do incidente, participar nessa reunião com as respostas correspondentes às questões da ordem de trabalhos;
- m) Assumir as responsabilidades perante terceiros, sempre que, por ação ou omissão sua, seja a esses terceiros causado prejuízo, indemnizando correspondentemente;
- n) Respeitar todo o normativo, legal e regulamentar, que intervenha na execução do contrato.

Cláusula 7.ª

Subcontratação

A subcontratação é regida pelos artigos de 317.º a 321.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. O preço contratual é aquele que resulta da aceitação da proposta do adjudicatário.
2. Pelo recebimento do preço contratual, o adjudicatário obriga-se à execução integral do contrato, sem direito a qualquer remuneração suplementar, ou a qualquer verba a título de revisão de preços.
3. Não será feito qualquer pagamento, total ou parcial, que não tenha como justificação a execução das obrigações do cocontratante, e unicamente após a confirmação pelo contraente público, da efetiva execução.
4. O contraente público está obrigado ao pagamento pontual dos valores que lhe competem, sob pena de incorrer em responsabilidade por juros, nos termos legais aplicáveis.
5. Não existe qualquer pagamento a título de saldo, isto é, de diferença entre aquilo que seja o preço contratual, e o que seja certificado pelo contraente público como prestação executada pelo adjudicatário.
6. Não há lugar a qualquer pagamento de prémios, seja por cumprimento antecipado, ou por qualquer outro fundamento.



Cláusula 9.ª**Procedimentos para pagamento**

1. Quando esteja cumprida qualquer prestação que caiba ao adjudicatário, que justifique que seja feito um pagamento por parte do contraente público, será esse cumprimento por este certificado, e assim comunicado ao adjudicatário.
2. Se não estiver cumprida integralmente uma prestação, nos termos previstos no plano de execução do contrato, o contraente público reduzirá o pagamento parcial ao que corresponda ao efetivamente executado.
3. Depois de certificado o cumprimento, as faturas, ou documento equivalente, serão pagas no prazo máximo de trinta dias.
4. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Guimarães serão pagas em 5 tranches, em função do número de grupos que efetivamente integraram o projeto em cada ano letivo, conforme a seguir se discrimina:
 - a) 1ª tranche, no montante correspondente a 20% do valor global anual, será paga no final da interrupção letiva da Páscoa, após o envio e validação do correspondente relatório, com as devidas evidências;
 - b) 2ª tranche, no montante correspondente a 20% do valor global anual, será paga no final mês de junho, após o envio e validação do correspondente relatório, com as devidas evidências;
 - c) 3ª tranche, no montante correspondente a 20% do valor global anual, será paga no final mês de julho, após o envio e validação do correspondente relatório, com as devidas evidências;
 - d) 4ª tranche, no montante correspondente a 20% do valor global anual, será paga no final mês de setembro, após o envio e validação do correspondente relatório, com as devidas evidências;
 - e) 5ª tranche, no montante correspondente a 20% do valor global anual, será paga no final da interrupção letiva do Natal, após o envio e validação do correspondente relatório, com as devidas evidências;

Cláusula 10.ª**Obrigações do contraente público**

1. O contraente público deve, nos termos dos artigos 286.º, 289.º e 291.º, todos do Código dos Contratos Públicos, cooperar com o adjudicatário, no sentido de ser obtido o melhor resultado possível do cumprimento do contrato.
2. Em especial, o contraente público, através dos seus representantes, deve praticar todos os atos que lhe competem, no âmbito do caderno de encargos, comparecendo sempre que necessário, e procedendo à receção do que lhe seja destinado, desde que cumprido o plano de execução.
3. O contraente público, salvo se especificado de outro modo nas cláusulas especiais do caderno de encargos, não tem qualquer obrigação de facultar quaisquer meios, físicos ou materiais ou locais, para o cumprimento do contrato.

**Cláusula 11.ª****Modificações objetivas**

1. Nos termos do corpo do artigo 312.º, do Código dos Contratos Públicos, podem ser feitas as modificações objetivas no presente contrato.
2. Além do disposto no número anterior, o regime das alterações objetivas é o constante dos artigos 311.º a 315.º do Código dos Contratos Públicos, acompanhado da disciplina dos bens ou serviços complementares, nos termos dos artigos 370.º, 378.º, 438.º e 454.º, todos do Código dos Contratos Públicos, e de todas as suas normas que com as atrás referidas estejam relacionadas.

Cláusula 12.ª**Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes e decorrentes do contrato, e por razões imputáveis ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos:
 - a. Por cada dia em que for excedido o prazo de entrega das credenciais de acesso, o adjudicatário ficará sujeito ao pagamento de uma sanção correspondente a 0,1% do valor da 1.ª tranche;
 - b. Pelo atraso no envio dos relatórios intermédios e finais, o adjudicatário ficará sujeito ao pagamento de uma sanção correspondente a 0,5% do valor da tranche a que se reportar o relatório em falta;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do número 2 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no número 3, do mesmo artigo, caso em que este limite é elevado para 30%.
3. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no número 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.
5. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

Cláusula 13.ª**Prazo de garantia**

1. O prazo de garantia do serviço, ou do fornecimento, a que o adjudicatário está obrigado, é três anos, contados do cumprimento da última prestação contratual.



2. No caso de estar em questão, essencialmente, um fornecimento, ou no âmbito de um contrato misto, ou incidentalmente, no contexto de uma prestação de serviços, o fornecimento de um equipamento, ou de um direito, ou de um dispositivo que tenha, do respetivo fabricante, um prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer com que essa garantia se concretize em favor do contraente público.

Cláusula 14.ª

Trabalhadores afetos à prestação do serviço

O adjudicatário obriga-se à apresentação do documento demonstrativo do cumprimento do artigo 419.º-A, aplicável por força, do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, ao gestor do contrato.

Cláusula 15.ª

Resolução do contrato

1. O contraente público pode resolver o contrato sempre que esteja perante uma falta grave, que ponha em causa a satisfação do interesse público que justificou o estabelecimento da relação contratual.
2. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, antes de proceder à resolução do contrato.
3. O cocontratante tem direito a resolver o contrato sempre que os atrasos de pagamentos se prolonguem por mais de seis meses, em montantes que representem, pelo menos, 25% do preço contratual, excluindo juros.

Cláusula 16.ª

Revogação do contrato

As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato, se circunstâncias legalmente admissíveis o permitam, e a defesa concreta do interesse público aconselhe a que o contraente público se decida por essa opção.

Cláusula 17.ª

Dever de sigilo

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamentos de Proteção de Dados Pessoais, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso nos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Entidade Contratante, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.



2. A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.
3. O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
4. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 18.ª**Lei aplicável**

Ao presente contrato é aplicável o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação complementar.

Cláusula 19.ª**Foro competente**

Sempre que não esteja nos documentos pré-contratuais, previsto o recurso à arbitragem, a resolução dos litígios emergentes da interpretação ou da execução do presente contrato é da exclusiva competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.



Cláusulas especiais do caderno de encargos**Cláusula 20.ª****Finalidade e Destinatários**

A presente contratação tem como finalidade a dinamização de atividades ocupacionais, durante os períodos de interrupção letiva, destinadas aos alunos da educação inclusiva, com multideficiência e espectro do autismo do ensino público do Município de Guimarães.

Cláusula 21.ª**Período de Vigência**

O projeto será desenvolvido nos períodos de pausas letivas, que decorrem nos anos civis de 2025, 2026 e 2027, mais especificamente, nas interrupções da Páscoa e do Natal, bem como nos meses de junho, julho e setembro, de acordo com o calendário definido pelas escolas em articulação com o município.

Cláusula 22.ª**Universo de participantes**

1. Em cada ano letivo, o número máximo de 5 grupos, de entre os estabelecimentos de ensino públicos do Município de Guimarães.
2. Sem prejuízo do anteriormente disposto, o número indicado é uma previsão anual, pelo que o Município de Guimarães não garante a participação da totalidade de grupos.

Cláusula 23.ª**Objetivos**

Constituem objetivos da presente aquisição de serviços:

- a) Promover a participação de alunos da educação inclusiva, com multideficiência e espectro do autismo, em atividades recreativas e de lazer com os seus pares;
- b) Desenvolver competências pessoais e sociais que permitam a estes alunos a sua integração e participação, proporcionando atividades ajustadas ao perfil de cada um;
- c) Apoiar e disponibilizar suporte técnico às famílias e aos alunos durante as pausas letivas;
- d) Sensibilizar os pares para a diversidade, desenvolvendo competências de cooperação, entreajuda e respeito.

Cláusula 24.ª**Implementação e operacionalização do projeto**

1. O projeto deverá operacionalizar-se tendo em consideração as seguintes etapas:

1ª - Planeamento e Implementação do Projeto:



- a) Realização de reunião preliminar com a entidade adjudicante para definição de aspetos essenciais à implementação do projeto;
- b) Disponibilização ao adjudicatário de dados relativos aos estabelecimentos de ensino e respetivos grupos que irão participar no projeto em cada ano letivo;
- c) Seleção e determinação dos instrumentos de medição e aferição a aplicar nas várias fases do projeto;
- d) Realização de exercício de diagnóstico inicial para aferição dos grupos que irão participar no projeto em cada ano letivo;
- e) Elaboração do plano de ação a desenvolver nas várias etapas do projeto;
- f) Conção de materiais de apoio para a dinamização de atividades por parte do pessoal docente e/ou não docente dos estabelecimentos de ensino;
- g) Apresentação de resultados, evidências recolhidas e respetivo relatório elaborado, referente à execução da primeira etapa do projeto, em cada ano civil;

2ª – Desenvolvimento e monitorização do serviço:

- a) Dinamização de atividades, em conformidade com o plano de ação concebido para a respetiva pausa letiva;
- b) Disponibilização dos materiais de apoio das atividades a dinamizar em contexto escolar pelo pessoal docente e/ou não docente nos estabelecimentos de ensino;
- c) Aplicação dos instrumentos selecionados para a determinação do impacto nesta etapa do projeto;
- d) Apresentação de resultados, evidências recolhidas e respetivos relatórios intermédios, respeitantes a cada uma das pausas letivas/ano civil;

3ª - Encerramento do serviço:

- a) Aplicação dos instrumentos selecionados para determinação do impacto na etapa final do projeto em cada ano civil;
- b) Aplicação de questionários de avaliação da satisfação;
- c) Realização de reunião final para balanço da execução do projeto em cada ano civil, com apresentação de dados e na presença de todos agentes intervenientes;
- d) Apresentação de relatório final anual, acompanhado das respetivas evidências.

- 2- A apresentação dos relatórios de execução do projeto, nos termos do número anterior, deverão obedecer aos prazos previstos no cronograma constante do Anexo A1 ao presente caderno de encargos.

Cláusula 25.ª**Acompanhamento e monitorização do projeto**

1. O acompanhamento e monitorização da execução do projeto far-se-á mediante realização de reuniões periódicas, para aferição do grau de cumprimento das obrigações emergentes do contrato, abordagem



dos constrangimentos e principais dificuldades sentidas no decorrer da implementação, e definição de oportunidades de melhoria.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no final de cada ano civil realizar-se-á uma reunião final para avaliação do projeto.

Cláusula 26.ª

Deveres do adjudicatário

1. O adjudicatário fica obrigado a fornecer o material necessário à dinamização das atividades a serem desenvolvidas.
2. O adjudicatário fica igualmente obrigado a assegurar aos recursos humanos necessários ao desenvolvimento de todas as atividades.
3. O adjudicatário deverá a cada implementação do projeto, por ano civil, realizar a aplicação de um conjunto de instrumentos selecionados para a medição e aferição de impacto, nas etapas de implementação, desenvolvimento e encerramento do projeto;
4. Todas as ações, iniciativas e atividades dinamizadas pelo adjudicatário, ao longo da execução do projeto, deverão ficar devidamente registadas e documentadas, para que sejam validadas, como método de prova de resultados obtidos.


Cláusula 27.ª

Preço Base

O preço baseado no procedimento é de **85 974.77€** (Oitenta e cinco mil novecentos e setenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.



Anexo A1



CRONOGRAMA				
RELATÓRIO	2025	2026	2027	2028
1º Relatório	até 30.04.2025	até 30.04.2026	até 30.04.2027	
2º Relatório	até 31.07.2025	até 31.07.2026	até 31.07.2027	
3º Relatório	até 31.08.2025	até 31.08.2026	até 31.08.2027	
4º Relatório	até 30.09.2025	até 30.09.2026	até 30.09.2027	
5º Relatório	até 31.01.2026	até 31.01.2027	até 31.01.2028	